

OS DESAFIOS DAS FAMÍLIAS AMAZÔNICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Keila Danielle Duarte Cordeiro

<http://lattes.cnpq.br/3441103547749952>

<https://orcid.org/0009-0005-1806-5114>

Email: keilacordeiro94@gmail.com

Tereza Cristina Ribeiro

<http://lattes.cnpq.br/9972778203937256>

<https://orcid.org/0009-0002-0896-8676>

E-mail: cristapuia@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N3-17>

RESUMO: O presente ensaio teórico empreende uma revisão de literatura acerca dos desafios que as famílias amazônicas vivenciam na inclusão de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A problemática central reside na conectividade frágil entre o ambiente doméstico e a escola rural, onde a discrepância entre garantias legais e vulnerabilidade material limita a efetividade do ensino. O objetivo consiste em analisar a complexidade da parceria família-escola no contexto camponês do município de Cametá, nordeste do Pará. Metodologicamente, a investigação ancora-se no materialismo histórico-dialético, adotando um viés bibliográfico e crítico para investigar o panorama que cerca a EMEIF Francisca Xavier Alves Vasconcelos. O referencial teórico mobiliza autores contemporâneos para investigar o desgaste parental e a indispensabilidade de uma educação do campo emancipatória. Os resultados indicam que a ausência de infraestrutura adequada e o contingenciamento orçamentário transformam a inclusão num ônus desproporcional para os cuidadores. Conclui-se que o diálogo orgânico e a valorização dos saberes camponeses são premissas vitais para a equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação do campo. Inclusão escolar. Parceria familiar.

THE CHALLENGES FACED BY AMAZONIAN FAMILIES IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: The present theoretical essay undertakes a literature review concerning the challenges that Amazonian families experience in the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The central problem lies in the fragile connectivity between the domestic environment and the rural school, where the discrepancy between legal guarantees and material vulnerability limits teaching effectiveness. The objective is to analyze the complexity of the family-school partnership in the rural context of municipality of Cametá, northeast of Pará. Methodologically, the investigation is anchored in historical-dialectical materialism, adopting a bibliographic and critical bias to investigate the panorama surrounding EMEIF Francisca Xavier Alves Vasconcelos. The theoretical framework mobilizes contemporary authors to investigate parental burnout and the indispensability of emancipatory rural education. The results indicate that the lack of adequate infrastructure and budgetary contingency turn inclusion into a disproportionate burden for caregivers. It is concluded that organic dialogue and the valorization of peasant knowledge are vital premises for equity.

KEYWORDS: Autism. Rural education. School inclusion. Family partnership.

INTRODUÇÃO

Toda investigação acadêmica rigorosa principia por uma problemática latente frente à crua realidade observável. A origem central desta revisão de literatura reside na constatação de uma conectividade demasiadamente frágil e oscilante entre o ambiente doméstico e a instituição escolar no tocante à absorção de discentes neurodivergentes.

Nesse contexto, tal cenário adquire contornos críticos ao direcionarmos o foco de análise para as unidades de ensino rural amazônicas. A estrutura jurídica nacional desenhou um mapa otimista para a inclusão igualitária, assegurando suportes teóricos louváveis. Ao confrontarmos a norma escrita com a dura rotina camponesa, evidencia-se uma discrepância estrutural.

É justamente nessa ampla lacuna administrativa que diversas famílias tentam se equilibrar, imersas numa vulnerabilidade socioeconômica das comunidades ribeirinhas.

Certamente, ignorar essas profundas raízes identitárias transforma a matrícula do indivíduo no espectro autista num projeto deslocado da engrenagem vital comunitária. É imperativo admitir, conforme pontua Silva e Mota Junior (2024), que essa inserção frequentemente ocorre de forma burocratizada, focada em abastecer os censos educacionais oficiais.

Em face desse cenário crítico, autores como Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) alertam que a rede pública corre o risco de praticar uma aceitação meramente formal. Em última análise, a ausência de recursos pedagógicos adequados e de suporte técnico contínuo converte o dever de lecionar num fardo exaustivo.

A trajetória percorrida por essas famílias rurais, em contrapartida, não pode ser desvinculada da árdua base material na qual elas sobrevivem. O clássico referencial histórico-dialético de Lombardi (2011) indica consistentemente que a dinâmica educacional acaba sempre condicionada pelas condições concretas de existência da população explorada nacionalmente.

Na região ribeirinha, as dificuldades de deslocamento, a oferta insuficiente de serviços especializados e a fragilidade das redes de apoio, identificadas por Santos, Ribeiro e Fernandes (2023), limitam as possibilidades de acompanhamento contínuo do desenvolvimento infantil. Esse exaustivo percurso revela-se invariavelmente marcado por uma trajetória assistencial complexa em busca de suportes especializados.

Os cuidadores familiares, especialmente as mães responsáveis pelo acompanhamento cotidiano da criança, suportam um desgaste psicológico acentuado, quadro analisado por Nakata e Oliveira (2021) e agravado pela inexistência de redes formais e contínuas de apoio. Essa lacuna assistencial submete os cuidadores a um isolamento cotidiano, comprometendo os recursos emocionais e físicos necessários ao acompanhamento pedagógico sistemático.

Nessas circunstâncias desafiadoras, a instituição escolar, que deveria operar primordialmente como um refúgio de segurança, por vezes transmuta-se em fonte de estresse. É exatamente em torno dessa problemática central, tensionando as limitações burocráticas e a persistência materna, que a presente sistematização teórica se desenrola integralmente.

O escopo desta investigação toma como referencial analítico indireto o contexto empírico da EMEIF Francisca Xavier Alves Vasconcelos, localizada na zona rural do município de Cametá. Ao realizar um denso levantamento bibliográfico atualizado, este artigo intenciona mapear as principais adversidades enfrentadas nesse tipo de território florestal.

Tenciona-se, mediante essa revisão crítica de autores consagrados, elencar achados substanciais que auxiliem na pavimentação de relações institucionais comunitárias muito mais firmes. Conforme os achados literários recentes de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023), o agudo isolamento territorial inflaciona consideravelmente a carga mental das famílias residentes nas zonas rurais.

Sob essa ótica analítica, a insuficiência de suportes terapêuticos especializados nos povoados interioranos transfere uma responsabilidade clínica desproporcional para agricultores sem treinamento técnico. Levantamentos realizados por Silva e Mota Junior

(2024) sugerem que a colaboração orgânica entre professores e responsáveis carece de metodologias contextualizadas.

Destarte, o presente ensaio recusa enfaticamente a ideia de que o fracasso inclusivo derive simplesmente de algum suposto desinteresse familiar. Os severos obstáculos radicam numa arquitetura educacional engessada que ignora a materialidade campesina diária, conforme explicam Vieira e Cirino (2024), exigindo posturas padronizadas de populações rurais.

Para tanto, delimitou-se como objetivo primordial deste artigo analisar as principais publicações científicas que abordam a interface complexa entre autismo, educação rural e as fragilizadas redes de apoio. A meta central é sistematizar o conhecimento acadêmico disperso sobre as táticas de sobrevivência das mães amazônidas locais.

Desse modo, a revisão bibliográfica aqui estruturada consolida um panorama atualizado que desnuda as fraturas expostas nas normativas de acessibilidade vigentes em áreas remotas. Trata-se de um esforço fundamental para deslocar o eixo do debate, retirando o foco do suposto déficit do aluno para a falência institucional.

O TEMA E A JUSTIFICATIVA DA REVISÃO

O eixo temático que fundamenta este estudo encontra-se nas discussões acadêmicas contemporâneas sobre equidade social e cognitiva. O foco do levantamento recai exatamente sobre as barreiras estruturais documentadas na literatura especializada para a permanência de estudantes atípicos inseridos em escolas com matrizes marcadamente camponesas e ribeirinhas.

A criteriosa escolha dessa problemática alicerça-se diretamente na escassez de artigos que cruzem marcadores de deficiência intelectual com a extrema vulnerabilidade ribeirinha. A intenção primária é mergulhar na complexa teia relacional forjada entre a precariedade estrutural crônica dos interiores e o esgotamento materno estruturalmente invisibilizado.

Tal cruzamento de variáveis sociodemográficas possibilita um diagnóstico teórico robusto sobre o real avanço das políticas públicas formativas. É inegável que os legisladores federais desenharam um horizonte otimista de garantias civis por meio de um arcabouço jurídico bastante sofisticado nas últimas décadas, visando a integração plena.

Textos basilares, como a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), conhecida como Lei Berenice Piana, estabelece a promessa estatal da inserção escolar absoluta e irrestrita no ensino regular comum. Contudo, o tecido da realidade nacional impõe um percurso repleto de ineficiências estatais e carências de infraestrutura básica que comprometem severamente os planejamentos pedagógicos.

Os registros científicos analisados por Cabral e Marin (2022) indicam discrepâncias significativas entre o direito redigido nos Diários Oficiais e a dura experiência vivida na lama do período chuvoso amazônico. A questão central que move esta revisão documental indaga como os entraves descritos nos periódicos influenciam a efetividade das ações concretas.

Suscita-se descobrir, mediante uma criteriosa leitura crítica das fontes, de que forma esse amálgama de precarizações afeta a tão exigida parceria entre mães, pais e professores. Para desdobrar adequadamente esse questionamento abrangente, tornou-se necessário perscrutar, nas principais bases de dados, quais barreiras estruturais inviabilizam o engajamento familiar.

Identificar os raros facilitadores mapeados por pesquisadores acadêmicos ao longo das extenuantes rotas constitui uma tarefa de urgência inadiável para a futura construção de diretrizes comunitárias realmente viáveis. Busca-se, outrossim, desvendar na literatura recente de que modo o pesado contexto emocional dos domicílios afeta famílias.

Conforme as pertinentes investigações lideradas por Nakata e Oliveira (2021), o estresse crônico corrói agressivamente as forças das pessoas responsáveis pela guarda. Tal desgaste contínuo acaba impactando de forma negativa a sua participação nas reuniões de classe e os diversos conselhos de escola rurais.

A carência de suporte governamental atua, incontestavelmente, como o principal mecanismo de silenciamento institucional desses atores periféricos no ambiente de ensino. Outro fator justificador metodológico reside na iminente necessidade de averiguar as categorias de comunicação que predominam na interação relatada entre a escola e as casas ribeirinhas.

O levantamento tenciona entender se os contatos acadêmicos registrados assumem majoritariamente um formato reativo, focado apenas na contenção de crises comportamentais do discente. A revisão teórica opera sob a premissa de que a escassez aguda de financiamentos atua como um catalisador estrutural para o desamparo familiar.

A extrema relevância desta cuidadosa compilação literária desponta como a viga mestra que a legitima perante as demandas atuais das ciências da educação. O texto encarna um robusto esforço intelectual para fornecer base teórica a quem amarga uma invisibilidade estatística dupla: possuir infantes neurodivergentes habitando territórios insulares.

Reunir essa vasta bibliografia fragmentada consolida uma ferramenta de reivindicação indispensável para os movimentos de luta por direitos civis abrigados nas margens dos rios. No terreno epistemológico puro, o escrutínio tenciona bordar uma narrativa dialética que traga à luz o processo de exclusão territorial amazônico.

Almeja-se ofertar uma reflexão que contemple integralmente as nuances de um cenário regido pela imensidão hidrográfica, preenchendo as lacunas das abordagens urbanas tradicionais. As metodologias focadas em grandes polos metropolitanos falham grosseiramente em dimensionar a logística exigida de uma mãe ribeirinha para garantir os direitos educacionais de seus filhos.

Consequentemente, revisar detalhadamente a produção acadêmica permite identificar as ineficazes soluções padronizadas que os distantes gabinetes tentam impor verticalmente às fragilizadas secretarias municipais do extremo Norte. Em remate a essa justificativa, sonha-se que o diagnóstico teórico aqui talhado opere como um farol analítico.

AS MÚLTIPLAS FACES DA INCLUSÃO RURAL

Para assegurar o rigor metodológico da pesquisa, esta seção estabelece um diálogo sistemático com a produção acadêmica recente. O embasamento construído atua como uma diretriz analítica estruturada, com o objetivo de iluminar as variáveis sociais e educacionais que nortearão a leitura crítica dos dados coletados nesta revisão.

A proposta teórica consiste em articular quatro eixos analíticos fundamentais identificados nas publicações de excelência da área (Vieira; Cirino, 2024). Em conjunto, esses blocos epistemológicos permitem examinar a complexidade conceitual que envolve a permanência de estudantes neurodivergentes nas instituições de ensino das zonas rurais da Amazônia paraense contemporânea.

O marco analítico inicial ocorre por meio do exame rigoroso do arcabouço legal que regulamenta a escolarização inclusiva no país. Na sequência, a revisão aprofunda a análise das fontes recentes para investigar os impactos estruturais que o diagnóstico insere na organização domiciliar cotidiana das famílias de camponeses extrativistas.

Ato contínuo, será analisada a dinâmica pedagógica que orienta a necessária parceria colaborativa estabelecida entre o núcleo doméstico e o corpo docente. Após essa etapa analítica, o debate recairá sobre a materialidade que condiciona a educação interiorana no contexto geográfico específico da floresta amazônica no município de Cametá.

A partir dessa articulação teórica, as perspectivas analíticas são delineadas para investigar a realidade da governança escolar local. Nesse viés prático, a abordagem metodológica fundamenta-se nas premissas do materialismo histórico-dialético para extrair as contradições socioeconômicas inerentes à política de inclusão institucionalizada no Brasil (Lombardi, 2011).

Conforme as análises de Silva e Mota Junior (2024), essa perspectiva teórica possibilita compreender que a inserção de discentes neurodivergentes não ocorre isoladamente. O processo integra a complexa estrutura da divisão social, cabendo à pesquisa evidenciar as desigualdades territoriais que limitam a real efetividade das atuais políticas públicas.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO

Sob a ótica estrita da legislação vigente, o Estado brasileiro promoveu avanços jurídicos consideráveis ao longo das últimas duas décadas. O arcabouço normativo que fundamenta as diretrizes do ensino igualitário apresenta-se estruturado para delinear perspectivas de pleno desenvolvimento cognitivo e social para todo estudante brasileiro.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), concebida sob os princípios da inclusão ampla, consolidou um expressivo marco normativo no país. O respectivo documento estabeleceu formalmente que a matrícula de qualquer criança, com ou sem laudos clínicos, encontra-se assegurada no espaço fundamental das salas regulares comuns.

Esse delineamento governamental orienta a superação dos antigos modelos de isolamento e segregação que caracterizaram a trajetória formativa brasileira. Na mesma direção, a Lei nº 12.764 (Brasil, 2012), conhecida popularmente como Lei Berenice Piana, foi promulgada com o intuito de regulamentar minuciosamente os direitos civis irrenunciáveis da população diagnosticada com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O texto legislativo federal asseverou a garantia de acesso às metodologias regulares e o provimento público de profissionais de apoio para contextos específicos. Essa legislação converteu-se num dispositivo jurídico acionado sistematicamente pelas famílias nos tribunais, sustentando as exigências processuais contra as recorrentes omissões do atual poder público.

Contudo, os debates acadêmicos mais atuais promovidos por pesquisadores da área (Vieira; Cirino, 2024) já superaram a discussão focada exclusivamente na aceitação de matrículas. A problemática central que ocupa os autores contemporâneos deslocou-se da mera autorização institucional para a exigência de reais condições materiais e pedagógicas de ensino.

A lacuna que demanda investigação contínua reside na elaboração de metodologias que certifiquem a permanência qualitativa e a apropriação efetiva do conhecimento. O desafio crônico apontado pela literatura (Vieira; Cirino, 2024) consiste em analisar como essas normativas operam em territórios interioranos marcados pela extrema vulnerabilidade orçamentária estatal.

A estrutura formal das leis inclusivas frequentemente colide com a lógica de produtividade que orienta a gestão escolar contemporânea. Estudos recentes de Cabral e Marin (2022) demonstram que as iniciativas pedagógicas aplicadas ainda apresentam o risco de priorizar o controle comportamental, dificultando a plena emancipação dos sujeitos sociais atípicos.

A literatura atesta que os dispositivos normativos redigidos nas instâncias federais apresentam eficácia consideravelmente reduzida quando as condições materiais locais permanecem precarizadas (Silva; Mota Junior, 2024). A negligência administrativa verificada no cotidiano rural limita a aplicabilidade de qualquer diretriz formulada com o propósito de viabilizar o suporte especializado.

DIMENSÕES PSICOSSOCIAIS DO TEA NO CONTEXTO FAMILIAR RURAL

A análise do Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar exige a compreensão de formas específicas de processamento das informações e estímulos ambientais. Torna-se imprescindível que as pesquisas educacionais superem as abordagens biomédicas para abranger a carga psicossocial inerente ao diagnóstico no núcleo familiar periférico (Vieira; Cirino, 2024).

A confirmação do laudo de neurodivergência no âmbito de um domicílio interiorano atua como um fator determinante para exigências de adaptações sistêmicas (Santos; Ribeiro; Fernandes, 2023). A constatação clínica impõe reformulações estruturais imediatas nas rotinas de desenvolvimento infantil, impactando diretamente os arranjos de subsistência econômica de todos os moradores.

A investigação empírica conduzida por Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) evidencia as fragilidades assistenciais vivenciadas por populações da região norte. Os dados levantados revelam que as mulheres responsáveis pelo cuidado relatam sistematicamente expressiva sobrecarga física e mental, configurando a consolidação de quadros clínicos de estresse parental de natureza crônica.

Esse desgaste psicológico prolongado compromete a saúde dos familiares e afeta negativamente as condições de acompanhamento pedagógico fora do ambiente escolar (Nakata; Oliveira, 2021). O esgotamento materno deriva da acentuada sobrecarga de

tarefas diárias, da incerteza frente às políticas de suporte e do estigma social persistente nas comunidades rurais.

Apesar desse cenário, o desgaste estrutural e a vulnerabilidade socioeconômica não determinam de forma absoluta as trajetórias formativas das famílias agricultoras e ribeirinhas. Conforme indicam as análises lideradas por Nakata e Oliveira (2021), a experiência oriunda do neurodesenvolvimento atípico impulsiona frequentemente a organização de processos ativos de mobilização em nível comunitário.

No contexto da organização camponesa analisada por Santos, Ribeiro e Fernandes (2023), a necessidade de adaptação articula ações de defesa coletiva por direitos básicos. A literatura científica corrobora que essas famílias buscam superar a posição de passividade, assumindo progressivo protagonismo na exigência por infraestrutura governamental pedagógica adequada.

A ineficiência administrativa do poder público apresenta-se evidenciada pela crônica escassez de dispositivos de saúde mental nas vilas remotas (Vieira; Cirino, 2024). Sob essa ótica analítica, torna-se metodologicamente inviável exigir cooperação familiar integral com as diretrizes escolares enquanto não houver amparo básico para prevenir o adoecimento psíquico domiciliar.

Para agravar o respectivo quadro sociológico, os dados atestam que o isolamento territorial intensificou severamente a desassistência estrutural nos municípios paraenses (Santos; Ribeiro; Fernandes, 2023). A precariedade tecnológica e a ausência de intervenções multidisciplinares transferem uma responsabilidade terapêutica indevida para responsáveis inseridos na agricultura de subsistência local.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA

A relação estabelecida entre a residência e a instituição escolar configura um elemento determinante para a efetivação das políticas de equidade (Cabral; Marin, 2022). Em uma dinâmica organizacional funcional, essa cooperação atuaria de forma recíproca, garantindo que os saberes empíricos maternos integrassem as bases teóricas do respectivo planejamento acadêmico.

Diante das especificidades cognitivas do autismo, a troca sistemática de informações operacionais entre a residência e a sala de aula demonstra-se indispensável. As publicações recentes atestam que o gerenciamento compartilhado das estratégias pedagógicas atenua os impactos do ambiente institucional sobre o processamento neurológico do estudante atípico (Cabral; Marin, 2022).

Os responsáveis familiares detêm um repertório prático fundamental sobre os padrões comportamentais do estudante em momentos de episódica desregulação sensorial. Conforme os levantamentos conduzidos por Nakata e Oliveira (2021), esses sujeitos identificam empiricamente quais estímulos promovem estabilização psicológica e quais ruídos externos desencadeiam a acentuada desorganização neurológica.

A coordenação pedagógica, por outro lado, trabalha com os instrumentais didáticos necessários para converter as áreas de interesse do discente em consolidação da aprendizagem efetiva. A literatura educacional recente (Vieira; Cirino, 2024) indica que a articulação dessas esferas viabiliza a estruturação de um planejamento focado nas necessidades individuais específicas de ensino.

As investigações concentradas no atual recorte temporal rejeitam categoricamente a prática administrativa defensiva que responsabiliza o núcleo familiar pela evasão escolar. A análise desenvolvida por Cabral e Marin (2022) recai diretamente sobre as falhas sistêmicas de comunicação institucional, as quais inviabilizam o necessário alinhamento das abordagens pedagógicas inclusivas.

A literatura da área comprova que as tentativas de cooperação institucional se encontram severamente afetadas pelas assimetrias socioeconômicas características dos territórios amazônicos. A perspectiva do materialismo histórico (Lombardi, 2011) fundamenta o argumento de que a dinâmica educativa oficial permanece inevitavelmente condicionada pelas reais condições materiais de subsistência econômica local.

Na concretude do cotidiano acadêmico, o quadro de gestores necessita assimilar as barreiras logísticas enfrentadas pelas populações ribeirinhas na formulação do acolhimento escolar (Silva; Mota Junior, 2024). Através dessa compreensão sociológica, os encontros institucionais tendem a superar o formalismo burocrático, promovendo uma

integração dialógica efetiva com os trabalhadores rurais e suas famílias que são atendidas pelos programas educacionais oferecidos à essa população do campo.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CENÁRIO AMAZÔNICO

Como etapa final desta fundamentação teórica, evidencia-se a necessidade metodológica de contextualizar as categorias educacionais no espaço geográfico inerente à cultura camponesa amazônica.

Essa modalidade formativa requer o reconhecimento estatal de uma identidade curricular autônoma perante as diretrizes dos conselhos reguladores nacionais (Silva; Mota Junior, 2024). A pedagogia aplicada às populações rurais demanda alinhamento estrutural com as especificidades socioeconômicas locais, integrando os ciclos biológicos e a organização familiar que sustenta a agricultura regional.

As extensões demográficas e hidrográficas do interior amazônico impõem obstáculos logísticos acentuados para o monitoramento contínuo das unidades de ensino mais isoladas (Santos; Ribeiro; Fernandes, 2023). Diante de indicadores limitados, as edificações educacionais enfrentam o desafio operacional primário de ofertar condições mínimas de infraestrutura predial adequada aos discentes.

Os levantamentos de campo conduzidos na região, a exemplo do diagnóstico local de Furtado, Cordeiro e Oliveira (2019), atestam a insuficiência técnica do ambiente físico escolar. A atuação isolada dos profissionais da educação rural, frequentemente desprovidos de material técnico para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), configura um déficit estrutural documentado.

As recentes proposições de políticas públicas voltadas aos movimentos agrários reivindicam a alocação de recursos federais estritamente proporcionais aos desafios territoriais da Amazônia (Cabral; Marin, 2022). A aplicação de metodologias padronizadas, elaboradas em centros urbanos distantes, agrava a desconexão curricular e reforça a invisibilidade das populações amazônicas.

A práxis formativa, ancorada na análise teórica clássica de Caldart (2012), transcende a execução de obras civis para a construção de espaços físicos próximos às

comunidades. O contexto rural exige adaptações curriculares consistentes, aptas a acolher as particularidades sensoriais e cognitivas dos indivíduos como elementos constitutivos da diversidade.

Autores do recorte acadêmico contemporâneo (Silva; Mota Junior, 2024) enfatizam que o ambiente formativo campesino necessita consolidar-se como um polo estratégico de afirmação de direitos civis. A valorização dos saberes empíricos amazônicos constitui o pressuposto basilar para viabilizar práticas de acessibilidade que respeitem a dinâmica camponesa.

A VOZ DA LITERATURA E A REALIDADE ESCOLAR

A compilação sistemática dos achados indica um consenso metodológico nas pesquisas publicadas pelos periódicos de educação entre 2021 e 2024. Os dados evidenciam que a exclusão de discentes neurodivergentes nas áreas rurais não resulta de variáveis interpessoais, mas de deficiências contínuas de custeio administrativo (Vieira; Cirino, 2024).

O referencial do materialismo histórico corrobora as análises dos dados contemporâneos ao fornecer bases para a compreensão do crônico subfinanciamento público (Lombardi, 2011). Os resultados dos estudos refutam de forma contundente as hipóteses que tentam responsabilizar exclusivamente o esforço individual das famílias pelo baixo rendimento institucional.

As investigações empíricas de Cabral e Marin (2022) demonstram que a avaliação escolar baseada estritamente na exigência de laudos médicos gera severas barreiras de acesso. Os resultados apontam a necessidade de centralizar a discussão nas práticas operacionais, identificando o distanciamento verificado entre a documentação oficial e a conduta.

A interseção dos dados de deficiência intelectual com os índices de vulnerabilidade socioeconômica regional revela a sobreposição de fatores de marginalização educacional. A produção acadêmica atualizada (Silva; Mota Junior, 2024) sustenta que a precarização dos polos rurais atua como um limitador estrutural que impede a consolidação.

Os achados qualitativos consolidados na pesquisa de Vieira e Cirino (2024) contrariam a premissa de que as falhas de integração derivam unicamente da resistência docente. As análises de campo documentam uma insegurança técnica generalizada entre os professores que operam sem assistência contínua das equipes multidisciplinares das prefeituras.

A análise bibliográfica estabelece que a formulação de fluxos diretos de comunicação institucional representa uma intervenção prioritária para a rede pública. Os artigos sugerem a transição dos conselhos escolares para formatos de escuta ativa, visando contornar as limitações operacionais tradicionalmente justificadas pelas gestões municipais (Cabral; Marin, 2022).

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS E A SOBRECARGA FAMILIAR NO CONTEXTO RURAL

Quanto ao impacto direto no núcleo domiciliar, a literatura acadêmica documenta níveis críticos de sobrecarga física nas mulheres responsáveis pelo cuidado diário (Santos, Ribeiro; Fernandes, 2023). Os artigos atestam que elas são severamente impactadas pela insuficiência estrutural da rede de proteção estatal, dificultando sua participação.

A constatação do diagnóstico de autismo em territórios isolados impõe reformulações financeiras drásticas para o custeio de deslocamentos até os centros urbanos. As pesquisas conduzidas por Cabral e Marin (2022) revelam que o orçamento familiar é frequentemente redirecionado para terapias particulares, comprometendo a subsistência básica do núcleo agrícola.

A ausência crônica de intervenções fonoaudiológicas e psicológicas nos municípios interioranos transfere uma demanda técnica incompatível para a rotina dos agricultores. Segundo os apontamentos de Silva e Mota Junior (2024), essa transferência de responsabilidade estatal impõe funções terapêuticas indevidas a sujeitos que enfrentam extenuantes jornadas laborais no campo.

O acúmulo prolongado dessas múltiplas funções de cuidado e subsistência culmina na manifestação de quadros clínicos de estresse parental agudo. As investigações coordenadas por Nakata e Oliveira (2021) evidenciam que a exaustão psicológica afeta

primordialmente a figura materna, gerando adoecimento secundário e reduzindo sensivelmente a mediação pedagógica.

Esse desgaste estrutural compromete diretamente a assiduidade e a qualidade do acompanhamento familiar nas reuniões promovidas pela coordenação pedagógica local. A revisão literária (Vieira; Cirino, 2024) indica que o esgotamento restringe o tempo hábil dos responsáveis para debater a formulação dos Planos de Ensino Individualizados junto aos docentes.

A incapacidade de comparecimento constante às convocações escolares frequentemente resulta em interpretações institucionais equivocadas por parte do quadro gestor. O escrutínio realizado por Cabral e Marin (2022) aponta que a escola tende a classificar a exaustão materna como negligência, agravando o histórico distanciamento entre as partes interessadas.

A escassez de informações científicas acessíveis nas pequenas comunidades ribeirinhas perpetua o estigma social em torno dos comportamentos atípicos. Os dados sistematizados por Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) mostram que as famílias enfrentam julgamentos morais, o que intensifica o isolamento preventivo e reduz drasticamente a rede informal.

O preconceito comunitário, somado à desassistência do poder público, exige que os responsáveis desenvolvam táticas autônomas de regulação sensorial no domicílio. O mapeamento empírico de Nakata e Oliveira (2021) detalha como as mães identificam os gatilhos ambientais, construindo um conhecimento tácito fundamental para a estabilização neurológica da criança.

Apesar do cenário de vulnerabilidade sistêmica, as trajetórias dessas famílias camponesas não se resumem à aceitação passiva das negligências governamentais. As análises contemporâneas de Silva e Mota Junior (2024) confirmam que a comunidade agroextrativista atua como um catalisador para a organização política, impulsionando demandas sociais coletivas regionais.

O neurodesenvolvimento atípico, nesse contexto de resistências, transforma o esgotamento individual em pauta de reivindicação comunitária perante as secretarias municipais. A literatura revisada (Santos; Ribeiro; Fernandes, 2023) documenta a

formação de redes de apoio mútuo entre as mães, estabelecendo espaços informais de acolhimento e troca técnica.

A mobilização social dessas cuidadoras pressiona as instituições locais a reverem suas posturas burocratizadas durante os conselhos de classe regulares. Os levantamentos de Vieira e Cirino (2024) sugerem que o protagonismo materno desafia a verticalidade do sistema, exigindo a adoção de posturas institucionais mais dialógicas, empáticas e participativas.

A consolidação de um ambiente escolar acessível pressupõe a urgência de intervenções intersetoriais que integrem a assistência social e a saúde pública. A sistematização dos autores (Cabral; Marin, 2022) conclui que o sucesso da inclusão pedagógica rural depende invariavelmente da formulação de políticas de saúde familiar integral.

BARREIRAS INSTITUCIONAIS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO CAMPONESA

A dimensão institucional da exclusão escolar requer uma análise estrutural detalhada do financiamento público destinado prioritariamente às modalidades de ensino periféricas. O referencial marxista de Lombardi (2011) fundamenta a compreensão crítica de que as políticas educacionais permanecem subordinadas aos interesses econômicos, negligenciando as reais demandas das populações rurais.

As rigorosas investigações contemporâneas documentam um distanciamento expressivo entre os dispositivos legais de proteção e a efetiva destinação de recursos governamentais. Os achados compilados recentemente por Vieira e Cirino (2024) evidenciam que a contínua insuficiência de repasses orçamentários inviabiliza qualquer projeto pedagógico voltado ao indispensável atendimento especializado local.

Essa grave restrição financeira manifesta-se prioritariamente na degradação contínua da infraestrutura física das unidades escolares localizadas em territórios de difícil acesso. Os levantamentos empíricos delineados por Furtado, Cordeiro e Oliveira (2019) atestam que as escolas rurais amazônicas não possuem adequações arquitetônicas para garantir a acessibilidade metodológica discente.

A crônica ausência de suporte material agrava-se progressivamente com a carência absoluta de profissionais plenamente capacitados para o Atendimento Educacional Especializado nessas regiões. As pesquisas conduzidas por Cabral e Marin (2022) demonstram que as secretarias municipais concentram especialistas nas zonas urbanas, privando os estudantes camponeses do acompanhamento técnico.

O agudo isolamento geográfico atua como um agravante estrutural que inviabiliza diretamente o estabelecimento de redes intersetoriais de apoio institucional aos docentes. Os dados analisados por Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) confirmam que a precariedade das vias fluviais dificulta o trânsito regular de supervisores para orientar adaptações.

Constata-se que a distribuição desigual dos limitados fundos públicos perpetua a invisibilidade demográfica das populações ativamente vinculadas à modalidade de educação do campo. O escrutínio realizado por Silva e Mota Junior (2024) evidencia que a administração municipal frequentemente contingência recursos rurais para solucionar déficits acumulados nos polos urbanos.

As tramitações burocráticas excessivas constituem severos entraves administrativos que bloqueiam a aquisição emergencial de materiais didáticos adequados à estimulação neurológica específica. A revisão estruturada por Vieira e Cirino (2024) indica que processos licitatórios prolongados impedem a rápida instrumentalização das salas, prejudicando o calendário anual de estimulação cognitiva.

O modelo de contratação precarizada do corpo docente nas remotas localidades interioranas impacta diretamente a continuidade das essenciais ações inclusivas planejadas pelos conselhos. Segundo os achados de Cabral e Marin (2022), a elevada rotatividade de professores substitutos quebra os vínculos afetivos com o estudante autista, provocando retrocessos no desenvolvimento.

Verifica-se uma considerável resistência institucional para reformular a organização arquitetônica dos espaços escolares de modo a minimizar as frequentes sobrecargas sensoriais mapeadas. As análises de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) concluem que diretorias frequentemente alegam insuficiência de verbas para justificar a manutenção de ambientes acústica e visualmente hostis.

A equivocada transposição de políticas formuladas em escritórios urbanos para a dinâmica realidade das comunidades agrícolas demonstra-se invariavelmente ineficaz nas práticas cotidianas. A literatura compilada por Silva e Mota Junior (2024) adverte que essa padronização administrativa desconsidera os arranjos logísticos locais, convertendo o direito inclusive numa obrigatoriedade.

A grave fragmentação operacional das secretarias municipais impede a necessária consolidação de urgentes ações intersetoriais vitais para o suporte integral aos estudantes. O referencial metodológico estabelecido por Nakata e Oliveira (2021) comprova que o profundo distanciamento orgânico entre as pastas de educação e saúde multiplica as falhas assistenciais.

O contínuo enfrentamento dessas complexas barreiras institucionais demanda categoricamente a rápida formulação de um financiamento público rigorosamente descentralizado e sensível às diversidades. A lógica analítica de Lombardi (2011) sustenta que apenas a profunda readequação material das estruturas proporcionará as condições básicas necessárias para a emancipação intelectual.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS E A NECESSIDADE DE PRÁTICAS CONTEXTUALIZADAS

A verdadeira efetivação do processo inclusivo na educação do campo requer a sólida construção de diretrizes metodológicas que respeitem integralmente a complexa identidade sociológica do campesinato. O conceito epistemológico fundamental formulado por Caldart (2012) assevera que a educação do campo deve organizar-se estritamente a partir das dinâmicas vitais locais.

A aplicação impositiva e inflexível de cartilhas pedagógicas padronizadas e concebidas exclusivamente para o alunado urbano demonstra-se categoricamente incompatível com as realidades sensoriais amazônicas. Pesquisadores renomados como Silva e Mota Junior (2024) defendem que a direta transposição de currículos descontextualizados anula todas as essenciais referências cognitivas rurais.

A literatura atesta a urgência metodológica de incorporar a neurodiversidade como um forte elemento constituinte e enriquecedor da vasta identidade das populações

tradicionais. A revisão sistemática de Vieira e Cirino (2024) conclui firmemente que o planejamento didático rotineiro deve focar nas singulares habilidades de observação discente.

O exigido Plano de Ensino Individualizado assume contornos operacionais absolutamente específicos ao ser criteriosamente implementado em escolas remotas distantes dos grandes aparatos clínicos. As sólidas diretrizes metodológicas analisadas por Cabral e Marin (2022) exigem documentar e utilizar os diversos recursos naturais como potentes instrumentos de aprendizagem diária.

A almejada consolidação de práticas pedagógicas assertivas requer o mapeamento detalhado e metucioso dos profundos saberes cotidianos dominados pelas famílias ribeirinhas amazônicas. Os dados de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) comprovam que a inserção de temas relacionados à atividade extrativista nas disciplinas curriculares aumenta a concentração.

A necessária flexibilização dos engessados cronogramas acadêmicos desponta como uma imposição metodológica inegociável frente aos rigorosos regimes climáticos da extensa região do Pará. O robusto arcabouço pesquisado por Silva e Mota Junior (2024) indica que as metodologias devem prever interrupções naturais, adaptando eficientemente as metas de letramento.

As essenciais intervenções pedagógicas relacionadas à complexa regulação sensorial precisam estar intrinsecamente conectadas aos orgânicos estímulos disponíveis no ambiente natural ecológico circundante. Conforme os aprofundados estudos de Nakata e Oliveira (2021), a gestão coordenadora pode estruturar as pausas pedagógicas utilizando os eficientes espaços abertos locais.

A difusão e consolidação de tais metodologias demanda obrigatoriamente a oferta sistemática de formação continuada especificamente direcionada aos professores das classes multisseriadas. Os documentados registros de Furtado, Cordeiro e Oliveira (2019) evidenciam categoricamente que apenas o preparo técnico qualifica o educador rural para essa mediação.

O consciente afastamento progressivo de ultrapassadas perspectivas paliativas na educação configura um passo metodológico absolutamente essencial para o devido

respeito à dignidade. A rigorosa investigação desenvolvida por Vieira e Cirino (2024) ratifica cientificamente que o foco pedagógico institucional deve concentrar-se nas singulares potencialidades laborais sociais.

A estruturada produção colaborativa de materiais e recursos didáticos com a estimulada participação ativa das mães atua como um poderoso instrumento de vinculação. Segundo as proposições acadêmicas de Cabral e Marin (2022), a elaboração de jogos pedagógicos utilizando sementes e artefatos da própria região reduz a resistência familiar.

A verdadeira reformulação metodológica perpassa diretamente e obrigatoriamente pela urgente democratização estrutural dos rígidos colegiados deliberativos que regem as principais diretrizes operacionais. Os contundentes apontamentos de Santos, Ribeiro e Fernandes (2023) estabelecem enfaticamente que a escola rural atinge eficácia máxima quando a comunidade participa.

Essas imprescindíveis adequações pedagógicas rigorosamente aplicadas ao singular cenário ribeirinho consolidam-se, primariamente, como um projeto político absolutamente indispensável para a manutenção da emancipação. O resgate crítico e teórico proposto por Caldart (2012) reforça categoricamente que o ato formal de ensinar liberta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados pelas famílias amazônicas na inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista decorrem da interação direta entre desigualdades territoriais, limitações institucionais e oferta insuficiente de suporte especializado. A matrícula no ensino regular representa apenas uma dimensão do direito educacional, pois a permanência e a aprendizagem dependem de recursos pedagógicos, profissionais capacitados e condições de atendimento compatíveis com as particularidades das comunidades rurais e ribeirinhas.

A parceria entre família e escola integra esse processo, mas não pode ser construída pela atribuição unilateral de responsabilidades aos cuidadores. A sobrecarga física, emocional e financeira, concentrada frequentemente nas mães, restringe a

participação em reuniões e o acompanhamento contínuo das atividades escolares, sem que isso signifique negligência ou desinteresse. Quando a instituição ignora deslocamentos fluviais, jornadas de trabalho e a ausência de redes de apoio, as dificuldades estruturais passam a ser erroneamente interpretadas como falhas familiares.

Essa tensão se amplia diante da insuficiência de profissionais do Atendimento Educacional Especializado, da concentração de serviços nas áreas urbanas e da rotatividade docente nas escolas do campo. A inadequação dos espaços físicos e a escassez de materiais também reduzem a continuidade das ações pedagógicas, especialmente quando políticas formuladas para centros urbanos são transferidas sem adaptação às condições amazônicas. O território interfere diretamente no acesso, na frequência e na organização do trabalho escolar, exigindo um planejamento compatível com sua dinâmica social e geográfica.

O fortalecimento da inclusão requer articulação entre educação, saúde e assistência social, com responsabilidades definidas e continuidade nas ações públicas. No cotidiano escolar, a formação continuada, o planejamento individualizado, a comunicação acessível e a participação das famílias nos espaços decisórios podem ampliar a coerência entre as necessidades do estudante e as estratégias pedagógicas. O conhecimento produzido pelos responsáveis no cuidado diário também deve integrar esse planejamento, favorecendo respostas mais adequadas às características sensoriais, comunicacionais e comportamentais do aluno.

O delineamento metodológico centrado na revisão de literatura delimita o alcance das considerações apresentadas, uma vez que a análise se concentrou no exame de produções científicas referentes ao autismo, à educação do campo e à participação familiar. Não houve, portanto, investigação empírica direta com estudantes, responsáveis, professores ou gestores. Adicionalmente, a escassez de pesquisas voltadas especificamente às comunidades ribeirinhas de Cametá restringe generalizações para outros territórios amazônicos. Diante disso, estudos posteriores de caráter empírico fazem-se necessários para acompanhar, em campo, as experiências locais de cooperação entre famílias, escolas e serviços públicos, ampliando as evidências disponíveis.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista:** uma revisão sistemática da literatura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2022.
- CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- FURTADO, M. J. N.; CORDEIRO, R. R.; OLIVEIRA, W. M. M. **O atendimento educacional especializado (AEE):** desafios e possibilidades dos educadores nas escolas do campo no município de Cametá-PA. In: OLIVEIRA, W. M. M; SABOIA, T. C. (org.). *Educação Inclusiva no Campo.* Cametá: UFPA, 2019.
- LOMBARDI, J. C. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels.** Campinas: Alínea, 2011.
- NAKATA, A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de. **O processo de desenvolvimento de famílias de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na perspectiva da rede de apoio.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 29, e2137, 2021.
- SANTOS, J. S.; RIBEIRO, T. C.; FERNANDES, A. S. **Inclusão e autismo na Amazônia ribeirinha.** *Revista Educação e Diversidade*, v. 4, n. 1, p. 45-62, 2023.
- SILVA, L. S.; MOTA JUNIOR, W. P. **Educação do campo e resistência na Amazônia paraense.** *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 18, n. 2, 2024.
- VIEIRA, M. L.; CIRINO, M. R. D. **Inclusão e Práticas Educativas no Espectro.** *Revista Educação Especial e Inclusão*, Cascavel, v. 14, n. 3, p. 112-129, 2024.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.